



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Dconama

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 950 – CEP: 70.068-901

Tel. (61) 2028.2207/2102 - conama@mma.gov.br

Sumário Executivo da 114ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 28 de maio de 2014

Horário: das 09h00 às 18h00

Local: Auditório nº 1, Edifício Sede do IBAMA, Setor de Clubes Esportivos Norte - Trecho 2, Brasília/DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente

A Ministra de Estado de Meio ambiente, Izabella Teixeira, abriu a Reunião Ordinária do CONAMA, ressaltando a importância das resoluções pautadas na 114ª RO, em especial a Resolução sobre Licenciamento Ambiental de Energia Eólica. Acrescentou a importância dos regramentos gerais para o licenciamento ambiental, incluindo o relativo à energia solar, ainda por ser feito.

Destacou os três Decretos da Presidência da República relacionados com a participação da sociedade civil e a transparência na Administração Pública, os quais disciplinam a participação e facilitam a relação entre a União Federal e a Sociedade Civil, incluindo o acesso a recursos, financiamento de projetos e prestação de contas. Nesses aspectos, o MMA foi considerado um dos mais transparentes órgãos do governo federal, sendo que a Controladoria Geral da União conferiu a marca de gestão pública transparente e eficiente para o órgão.

A Ministra mencionou ainda a importância da Recomendação aos Órgãos Gestores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação sobre a elaboração e a implementação de Avaliações de Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação, devido à necessidade de que sejam desenvolvidos instrumentos para ampliar a efetividade da gestão das UCs, sendo esse um importante passo político. No assunto de áreas protegidas, acentuou o início da 3ª fase do projeto Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA. Falou do esforço do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em unir os sistemas Federal e Estaduais de Unidades de Conservação e em mapear a necessidade de analistas ambientais nas UCs e diminuir problemas como sobreposições com áreas indígenas. Novas normas que vierem a ser elaboradas precisarão tratar desses temas e de outros, como alocação de recursos, cartão corporativo para o uso nas UCs e uso do dinheiro advindo da compensação ambiental.

Segundo a Ministra, deve-se vencer a complexidade das relações políticas em torno da criação de novas áreas protegidas no Brasil, como uma regularização fundiária transparente.

Anunciou que na Semana do Meio Ambiente será lançado o maior inventário de fauna feito no mundo, material que embasará a nova lista de espécies ameaçadas. A Ministra determinou que 10% da compensação ambiental seja convertido em preservação da fauna ameaçada – nos dias atuais mais de 70% das espécies ameaçadas já tem alguma iniciativa de proteção.

Falou do orgulho do MMA com o Cadastro Ambiental Rural - CAR, em pleno funcionamento. Destacou o aprimoramento das discussões com o setor produtivo, frente às críticas sobre a incapacidade dos órgãos ambientais em aplicar o CAR. Ressaltou que o ‘módulo de análise’ desenvolvido tem a capacidade de captar informações falsas, o que auxilia na fiscalização e no trabalho do próprio órgão. Outro módulo é o de acompanhamento, que mostra o que precisa e o que não precisa ser recuperado. O sistema tem causado boa impressão em todos os setores e dá credibilidade à política de meio ambiente e a seus executores, servindo de exemplo de como será a política ambiental de agora em diante.

Lembrou do Seminário Jurídico sobre as Resoluções CONAMA frente à Lei Complementar n.º 140 e ao Novo Código Florestal. Disse que o CONAMA precisa de uma agenda que aponte as prioridades estratégicas para o país, especialmente no que tange ao Código Florestal e ao Licenciamento Ambiental.

Finalizando sua fala de abertura, a Ministra falou do lançamento do programa da Copa do Mundo, nos aspectos da sustentabilidade, compromisso voluntário do Brasil. Discriminou 5 temas: 1ª) resíduos sólidos, que inclui catadores, coleta seletiva e financiamento para reciclagem; 2ª) certificação da coletas de resíduos nas arenas, com foco na construção sustentável; 3ª) alimentos orgânicos, com o recebimento pelos Voluntários na Copa de kit de alimentação orgânica e quiosques para venda desses produtos nas cidades-sede; 4ª) turismo sustentável, com roteiros digitais para ver o deslocamento do turista no Brasil, dialogando com 16 parques nacionais (passaporte verde); 5ª) compensação das emissões de gases de efeito estufa gerados por atividades relacionadas à Copa, como obras, deslocamento de veículos oficiais e uso energético.

A Ministra fez reconhecimento público ao Ministério do Turismo, dos Esportes, com especial reconhecimento a Cláudio Langone, ex-Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Coordenador da Câmara Temática de Meio Ambiente e Sustentabilidade, além dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário.

Dando sequência à reunião, o Secretário-Executivo, Sr. Francisco Gaetani, passou a palavra ao Presidente do IBAMA, Volney Zanardi, que destacou que a lista das espécies silvestres que podem ser criadas e comercializadas havia sido instituída pela Resolução CONAMA n.º 394/2007 e que será editada nos dias subsequentes à presente Reunião Plenária, sob a forma de Instrução Normativa do IBAMA.

Acentuou que a Lei Complementar n.º 140/2011 transferiu para os Estados várias das atribuições que antes eram do IBAMA, conferindo maior articulação entre as esferas de Governo. Informou que o IBAMA já havia construído a lista em um primeiro momento em 2009, com consultas públicas totalizando mais de 25 mil colaborações, tendo sido aprimorada por grupo de trabalho interno do IBAMA. Adiantou que a Instrução Normativa do IBAMA trará outros regramentos como maus tratos, tema abordado no sentido de mostrar que o possuidor do animal é responsável por ele e não tão somente seu proprietário.

Adicionalmente o IBAMA irá propor Resolução ao CONAMA sobre critérios de autorização e padronização das categorias de uso da fauna, com ampla divulgação de material no site do IBAMA.

O Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, Sr. Roberto Cavalcanti, complementou destacando que nem todas as espécies passíveis de criação são adequadas para a manutenção nas residências (domesticação).

O Cap. Robis, do CNCG, reconheceu o compromisso do MMA e do IBAMA e solicitou a implementação do cadastro nacional, para que os Estados incluam as informações de quais animais receberão Termo de Guarda e quais receberão Termo de Depósito.

O Presidente do IBAMA respondeu, informando que a criação do Sistema para o Cadastro Nacional de Fauna já está no planejamento do setor de tecnologia do IBAMA.

1.1 Informação do Quórum.

Quorum para a reunião: 53

2. Apresentação do Presidente do Conselho Nacional da Juventude, sobre a Resolução n.º 1 CONJUVE, que trata da implementação do Programa Nacional Juventude e Meio Ambiente.

Apresentação não realizada.

3. Apresentação de novos Conselheiros

Lista de novos conselheiro lida pela Diretora do DConama, Adriana Mandarin.

4. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [113ª Reunião Ordinária](#), de 19 de março de 2014

5. Tribuna Livre (15 minutos)

Carlos Bocuhy (PROAM): citou a situação de empresas do setor de seguros que levaram à ONU preocupação quanto aos efeitos das mudanças climáticas em suas atividades. Com base nesta informação, solicitou que o CONAMA acompanhe as orientações do Conselho Econômico Nacional para que os bancos públicos e comerciais incorporem critérios de responsabilidade social e ambiental em suas linhas de crédito.

Saint Clair Honorato (Ministério Público Estadual): mencionou que os Chefes dos Procuradores Estaduais encaminharam Ofício à Secretaria-Executiva do CONAMA, solicitando orientação sobre o significado de “órgão ambiental” disposto na LC 140/2011.

Marcus Polignano (Instituto Guaicuy): na qualidade de porta-voz das águas, pediu atenção para o que definiu como situação crítica do Rio São Francisco e exemplificou com a barragem de Três Marias, que está com 16% de sua capacidade de armazenamento. Pediu apoio para a questão da poluição dos rios por fósforo. Citou a necessidade de alterar a Resolução CONAMA n.º 359/2005, em razão de haver alternativa ao uso de fósforo na composição de detergentes.

Pedro Wilson (ANAMMA): registrou o falecimento de Dom Tomás Balduino e conclamou o CONAMA a enviar carta à CNBB e à família. Informou que a ANAMMA irá monitorar a implantação do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB em conjunto com os planos estaduais e municipais. Pediu ao CONAMA informações sobre os resultados da Conferência RIO +20. Reforçou a necessidade de implantar as Comissões Estaduais e Municipais Tripartites, uma vez que os Municípios não têm sido chamados a participar dos diálogos sobre sustentabilidade.

Tadêu Santos (Sócios de Natureza): Fez apelo a favor de maior controle em relação à poluição causada por termelétricas a carvão mineral.

Lisiane Becker (SODEMAP): solicitou ao Ministério do Meio Ambiente explicações quanto à gestão de resíduos eletrônicos e razões pelas quais houve interrupção do Grupo de Trabalho sobre o tema no CONAMA. Justificou seu pleito em razão de lacuna regulatória sobre o tema. Citou o programa A3P, considerando-o insuficiente. Perguntou quais as razões para dispensar indústrias e importadores de adotarem a logística reversa.

João Carlos de Carli (CNA): respondeu ao questionamento feito pela Ministra Izabella Teixeira durante a 113ª RO CONAMA, explicando que o IBAMA deveria ter apresentado à CT de Gestão Territorial o Termo de Referência relativo à elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC, obrigação ainda pendente de cumprimento, embora prevista no Decreto n.º 5.300/2004, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima.

João Vieira (CNC): solicitou retorno por parte do Ministério do Meio Ambiente em relação à implantação de aterros sanitários e à eliminação dos lixões. Reforçou a necessidade de apoio às empresas que exercem atividades de coleta seletiva e reciclagem.

Altamiro Fernandes (IBRACE): destacou que o Bioma Mata Atlântica sofre as consequências do crescimento desordenado, na medida em que tem interface com os demais biomas brasileiros.

6. Encaminhamentos da Secretaria-Executiva do CONAMA

7. Apresentação à mesa dos pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência.

Recebida pela Mesa ‘Proposta de Resolução que estabelece os critérios para a utilização de fósforo na formulação de detergentes em pó para uso no mercado nacional’.

Processo autuado sob o número 02000.001429/2014-53.

8. Ordem do Dia

RESOLUÇÕES

8.1. Processo nº [02000.002302/2012-90](#) – Proposta de Resolução sobre licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia eólica em superfície terrestre.

Proponente: Governo do Rio Grande do Sul

Procedência: 8ª CTAJ. Data: 12 e 13/05/2014.

Tramitação: Matéria admitida na 3ª reunião do CIPAM. A proposta foi elaborada pelo Governo do Rio Grande do Sul e ratificada pelo IBAMA. Na 4ª reunião da CTCA, em 23/04/2013, houve pedido de vista pelo Governo do Rio de Janeiro, Ministério dos Transportes (a pedido do Ministério de Minas e Energia), Sócios da Natureza, Confederação Nacional dos Municípios - CNM e Confederação Nacional da Indústria - CNI. A proposta foi debatida durante a 5ª CTCA, em 06/08/13, quando foi decidido a criação de um Grupo de Trabalho. O GT reuniu-se em 22/08/2013, concluindo seus trabalhos nessa mesma reunião. Na 111ª Reunião Ordinária do CONAMA, em 04/09/2013, o MME pediu urgência para a matéria. Durante a 6ª CTCA, a ABEMA, a APROMAC e o MME apresentaram proposta de emenda ao texto e o presidente da CTCA solicitou que fosse elaborada uma versão consolidada da minuta de resolução. Foi decidido que a matéria voltaria para o GT em razão da necessidade de reavaliação das emendas propostas. A minuta foi finalizada no GT, discutida e

aprovada na 7ª e na 8ª CTCA, respectivamente em 11/02/2014 e em 05/05/2014. Apreciada na 8ª CTAJ, em 12 e 13/05/2014, foi aprovada e remetida à Plenária.

Deliberação da matéria interrompida, por falta de quórum, após a aprovação do § 1º do art. 14, por falta de quórum, observado em verificação de quórum, nos termos do § 3º, art. 6º do Regimento Interno.

8.2. Processo nº [02000.000112/2011-57](#) – Revisão da Resolução CONAMA n.º 314/2002 que "dispõe sobre o registro de produtos destinados à remediação e dá outras providências".

Proponente: Ibama

Procedência: 8ª CTAJ. Data: 12 e 13/05/2014.

Tramitação: Matéria admitida durante a 5ª Reunião do CIPAM, em 10/04/2014. Aprovada na 4ª Reunião Extraordinária da CTQAGR, realizada em 25/04/2014. Apreciada pela 8ª CTAJ, em 12 e 13/05/2014, foi aprovada e remetida à Plenária.

Resolução não apreciada por falta de quorum.

RECOMENDAÇÃO

8.3. Processo nº [02000.000670/2012-01](#) – Recomendação aos órgãos gestores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação sobre a elaboração e a implementação de Avaliações de Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação.

Proponente: Fundação Onda Azul

Procedência: 8ª CTAJ. Data: 12 e 13/05/2014

Tramitação: a matéria iniciou sua tramitação no CONAMA como proposta de Resolução, para a qual foi criado Grupo de Trabalho. O GT transformou a Minuta inicial em Recomendação, na medida em que os Sistemas Estaduais e Municipais de Unidades de Conservação estão em fases distintas de implementação, sendo mais apropriado ao CONAMA propor Recomendação com diretrizes gerais. O ICMBio apresentou nova proposta, que foi trabalhada na 3ª Reunião do GT, em 13/03/2013 e, posteriormente, na 4ª e 5ª Reunião da CT, respectivamente em 13/12/2013 e 23/04/2014, tendo sido aprovada com emendas. Apreciada pela 8ª CTAJ, em 12 e 13/05/2014, foi aprovada e remetida à Plenária.

Recomendação não apreciada por falta de quorum.

9. Informes

Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República explicou ao Conselho o Decreto Federal, recém aprovado, de n.º 8243/2014, que trata da Política Nacional de Participação Social, estimulando a participação dos movimentos sociais e da população nos Conselhos. Esclareceu que essa era uma demanda da Presidenta Dilma Rousseff em busca de outro patamar da participação social no país, ações já iniciadas no governo Lula.

Paulo Maldos leu texto do Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, e em atendimento à Moção Indicativa nº 02, aprovada na IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, formalizando a indicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis para comporem o CONAMA.

9.1. Informe da Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente sobre o Fundo Clima e as Políticas de Mitigação dos Gases de Efeito Estufa.

Informe não prestado.

9.2. Informe do Serviço Florestal Brasileiro sobre o Relatório de Florestas Públicas de [2012](#) e de [2013](#), conforme a Lei n.º 11.284, de 2006.

Informe prestado.

9.3. [Informe](#) da Coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE/PROMOT sobre o Relatório de 2013, nos termos do parágrafo único, art. 3º da Resolução CONAMA nº 414, de 2009.

Informe prestado.

9.4. [Informe](#) da Diretoria de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério de Meio Ambiente sobre a implementação das metas de recolhimento, coleta e destinação final de Óleos Lubrificantes Usados ou Contaminados, nos termos da Resolução CONAMA n.º 362, de 2005.

Informe prestado.

10. Encerramento